

A história sem vergonha do tempo: uma leitura da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)

Francisco Régis Lopes Ramos*

Recebido em: 03/08/2019
Aprovado em: 11/03/2020

* Professor titular do Departamento de História da UFC e pesquisador do CNPq. Email: regisufc@hotmail.com.

Resumo

Este ensaio busca tecer algumas considerações sobre a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), a partir de uma leitura interessada. Mais precisamente, na historicidade das disputas entre História, memória e Museologia no trato com a cultura material. Se Museologia e História lidam com o tempo como transformação, que tipo de tempo oferecem? A fundamentação dada pela filosofia de Paulo Freire para boa parte da PNEM colocou como linha mestra da educação museal explorar experiências temporais, em que o cronológico é um entre muitos sentidos. Tal fundamentação foi possível ao se contrapor a noções de progresso e linearidade da história oitocentista. Hoje, com o declínio da autoridade disciplinar da História e os apelos comerciais e turísticos penetrando de forma insidiosa nas instituições de preservação e patrimônio, retomar o exercício de expor as redes dessa “espécie de tempo” como simultaneidade talvez seja a única forma de resistir a seus imperativos.

Palavras-chave

Museu; História; memória; temporalidade.

Abstract

This essay seeks to make some considerations about the Política Nacional de Educação Museal-PNEM (National Policy of Museal Education), from an interested reading. More precisely, in the historicity of the disputes between History, memory and Museology in dealing with material culture. If Museology and History deal with time as transformation, what kind of time do they offer? The reasoning given by Paulo Freire's philosophy for a good part of PNEM placed as a main line of museum education exploring temporal experiences, in which the chronological is one among many meanings. Such reasoning was possible when opposing notions of progress and linearity of 19th century history. Today, with the decline of History's disciplinary authority and the commercial and tourist appeals penetrating the institutions of preservation and heritage insidiously, resuming the exercise of exposing the networks of this “kind of time” as simultaneity is perhaps the only way to resist its imperatives.

Keywords

Museum; History; memory; temporality.

A história sem vergonha do tempo: uma leitura da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)

Mais ou menos na metade do romance *Doutor Fausto*, mais precisamente no capítulo XXV, seu autor, Thomas Mann, reproduz o “relato secreto” do personagem Adrian, feito para contar a sua conversa com alguém identificado como “ELE”. “ELE”, na verdade, não se identifica diretamente. Indagado sobre sua procedência, sobre como e porque tomou a liberdade de se instalar na sala de Adrian, “ELE” se identifica, mas não se deixa identificar. “Vim te falar de negócios”, “ELE” explica, mas deixando para mais adiante os detalhes da negociação, inclusive avisando que tudo já foi negociado: “a ampulheta já foi posta em movimento, e a areia já começou a escorrer”.¹ A riqueza e a amplitude do pacto não são compreendidas de imediato. O diálogo se estende em busca de um sentido que demora para se dar a ver, que não se deixa explicar com facilidade, que incomoda e se alonga na sua familiar estranheza. O negociante vai se esforçando para se fazer entender sobre aquilo que seu parceiro já ganhou, mas ainda não consegue perceber. “Então quereis me vender tempo?” — Adrian se assusta, ainda sem captar a dimensão do pacto assinado e selado, mesmo sem a sua concordância ou a sua (cons)ciência. Parece ser um pacto que vem, entre outras coisas, menos de uma deliberação contratual e mais do tipo de vida que se leva. Tentando esclarecer, “ELE” reage: “Tempo? Unicamente algum tempo? (...) O que importa é a espécie de tempo que se fornece!”.² Gostaria de iniciar partindo desse pacto, para depois a ele retornar outras vezes, e assim percorrer as linhas através das quais destaco possíveis relações entre o saber histórico e o PNEM. Gostaria de iniciar, também, destacando que o caderno do PNEM, além de ser uma orientação, deixa transparecer linhas de força que fazem e refazem fronteiras entre os campos de conhecimento.³

Nesse sentido, cabe esclarecer que o modo pelo qual estou conduzindo as minhas considerações tenta aderir a perspectivas que acolhem de bom grado um desafio que, na falta de um nome melhor, pode ser chamado de desafio interdisciplinar. Mais precisamente: vou seguindo o tom daquilo que Adorno chamou de “ensaio”.⁴ É, pois, nesse tom de “ensaio” que me permito compreender que o PNEM, como era de se esperar, já tem seus pactos (não) declarados, em acordo com forças que configuram os “campos” de disputas entre as disciplinas do saber. Não me proponho a inventariar essas forças que se cruzam no PNEM, mas somente indicar como nas últimas décadas algumas pontes foram construídas, apesar dos novos cerceamentos. Ou melhor, limitar-me-ei a destacar uma dessas pontes que, nessas últimas

décadas, ora se alarga ora se estreita, a depender das possibilidades disponíveis ou desejadas. Em outras palavras, vou citar somente um indício para evidenciar como o debate que temos hoje foi composto e recomposto.

Entre 1989 e 1992, quando eu era estudante de História, e não apenas nesse período, mas também em alguns anos antes e depois, fez muito sucesso no meio acadêmico uma série de livro de bolso chamada Coleção Primeiros Passos. Um excelente professor de Filosofia, também muito irônico e muito distanciado da moda intelectual, dizia que nada substituía a leitura dos “clássicos”. Por isso, ele chamava a coleção de “últimos passos”. “À beira do precipício”, ele acrescentava depois da pausa dramática. Eu achava isso engraçado. Até porque, realmente, houve um tempo em que achei tudo muito superficial. Hoje, porém, adquiri outra compreensão, talvez nostálgica, mas certamente beneficiada por avaliações que só o tempo pode trazer. Não havia internet e o acesso aos livros era bem mais difícil do que hoje se pode imaginar (hoje, é claro, não se pode fugir de alguma menção a essa diferença temporal). Era escolhida uma palavra e a palavra era inserida numa fórmula nada inovadora: *O que é + palavra escolhida = título do livro*. Era óbvio que o próprio título da coleção dizia que se tratava de uma introdução. Introdução a qualquer coisa, inicialmente, a coisas mais sérias, como se vê nos dez primeiros volumes: socialismo, comunismo, sindicalismo, capitalismo, liberdade, racismo, indústria cultural, cinema e teatro. Depois, temas que até hoje, para nossa infelicidade, podem parecer exóticos, como *O que é desobediência civil* (volume 90) ou *O que é pênis* (volume 218). Proponho, então, uma rápida visita a dois volumes: o 17, lançado em 1980, e o 183, de 1986. Respectivamente: *O que é História*, de Vavy Pacheco Borges, e *O que é museu*, de Marlene Suano. Não vou me ater à detalhes sobre o conteúdo propriamente dito, e sim destacar alguns aspectos editoriais que hoje podem ser tomados como um sintoma do que se vivia no meio acadêmico. Por isso, a seguir, vou reproduzir a página “leituras afins” do livro *O que é museu*.

Leituras afins

O Armamentismo e o Brasil: A Guerra Deles - Ricardo Arnt (org.)

Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento - Diversos autores

A “Conciliação” e outras estratégias - Michel M. Debrun

O Estado nuclear no Brasil - Carlos A. Girotti

O exterminismo e a Guerra Fria - Diversos autores

O Extremo Oeste - Sérgio Buarque de Holanda

A guerra em surdina: História do Brasil na Segunda Grande Guerra - Boris Schnaiderman

O Ocidente diante da Revolução Soviética - Marc Ferro

Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna - Noberto Bobbio/Michelangelo Bovero

Coleção Primeiros Passos

O que é Direito Internacional - José Monserrat Filho

O que é Geografia - Ruy Moreira

O que é ideologia - Marilena Chaui

O que é imperialismo - Afrânio Mendes Catani

O que é poder - Gérard Lebrun

O que é política - Wolfgang Leo Marr

O que é propaganda ideológica - Nelson Jar Garcia

Obviamente, era interessante remeter os leitores para a outros livros da editora, dentro ou fora da “Coleção Primeiros Passos”. E, quanto mais, melhor, também obviamente. Mas, no livro *O que é museu*, a editora não indica *O que é História*, que na época, mais precisamente em 1986, era um sucesso de vendas (já passava da décima edição). Imagina-se que aquele que lê *O que é museu* não se interessaria por *O que é História*. Supõe-se que o leitor de *O que é museu* está mais propenso a se interessar por outros temas, como Direito Internacional, Geografia, ideologia, imperialismo, poder, política ou propaganda ideológica. Por outro lado, edições subsequentes de *O que é História* não trazem *O que é museu* como parte das “leituras afins”. Por exemplo, a edição de 1989:

Leituras afins

O ensino de História: revisão urgente - Diversos autores

História Econômica do Brasil - Caio Prado Jr.

Uma introdução à História - Ciro Flamarion Cardoso

Coleção Primeiros Passos

O que é patrimônio histórico - Carlos A. C. Lemos

Coleção Tudo é História

Todos os títulos publicados

Coleção Redescobrimo o Brasil: a História em quadrinhos

Da Colônia ao Império - Lília M. Schwarcz/Miguel Paiva

Cai o Império - Lília M. Schwarcz

Olha lá o Brasil - Júlio José Chiavenato/Miguel Paiva

Deliberadamente não estou trabalhando de maneira direta com a abordagem das autoras, e sim com o trabalho editorial, que envolve o texto das autoras, mas é mais amplo ou até contraditório. Por exemplo, *O que é História* nessa edição de 1989: enquanto a editora faz referência, como se vê, ao volume *O que é patrimônio histórico*, a própria autora, ao final do livro, no item “indicações para leitura”, escreve em direção diferente. Ao encerrar a prescrição de autores e obras para o leitor continuar os estudos, ela assim escreve: “Outros livros desta coleção que podem ajudá-lo a se situar melhor nos temas específicos que abordamos são: *O que é capitalismo*, de Afrânio Mendes Catani; *O que é ideologia*, de Marilena Chauí; *O que é socialismo* e *O que é comunismo*, de Arnaldo Spindel”. Nada a ver, cabe ressaltar, com uma especificidade nacional. Talvez tenha a ver com o final do século XX, desde que se compreenda que não é possível seguir uma trajetória linear, que faria do final deste século o resultado de um processo ou o ponto de uma evolução.

Não é descabido imaginar que, se fosse escrito hoje, o livro de E. Carr, *O que é História?* incluiria, entre outros, o tópico “memória”. Em um congresso realizado no Institute of Historical Reseach de Londres, para avaliar e comemorar os 40 anos da obra (1961-2001), um dos palestrantes fez referência a isso de uma maneira muito clara:

Hoje em dia, o passado é genuinamente popular: de fato, talvez nunca tenha existido tanto interesse público pela História, não obstante a sua perda de importância no currículo escolar oficial (ou talvez por isso mesmo). Contudo, o passado que apela ao gosto popular não é, em termos gerais, o passado que os historiadores profissionais investigam e revelam. Atualmente, as áreas em franca expansão são a equivocadamente denominada “história familiar” – isto é, a pesquisa genealógica privada -, o chamado “patrimônio” e esse gênero de documentários televisivos a que na Inglaterra se chama *infotainment*. Carr não conheceu nem previu estas áreas.⁵

Em 1981, o livro *L’Historiographie*, publicado por Charles-Olivier Carbonell na coleção “Que sais-je?” também não deu importância à memória. Em compensação, o livro *L’Historiographie*, que Nicolas Offenstadt publicou em 2011 na mesma coleção, dedica seu

último capítulo ao tema “Mémores, luttés et histoires”. No início do século XXI, em um livro que, apesar de seguir outras conexões, também carrega certo tom de manual ou de avaliação geral, Chartier dá conta do sucesso dessas “áreas” que E. Carr e Carbonell não trataram, nem poderiam tratar. A partir do que se discute na França, Chartier dedica algumas páginas às diferenças entre história e memória: enquanto a memória é tratada como produção vinculada às demandas existenciais das comunidades, a História é inscrita na ordem de uma reflexão crítica e pública.⁶

No Brasil, uma das primeiras manifestações sobre os perigos da autoridade da memória diante da pesquisa histórica veio de José Honório Rodrigues, em 1981: “Ultimamente, tem havido verdadeiro abuso da palavra ‘memória’, sobretudo quando aplicada à defesa do patrimônio histórico. Ora, na verdade, esse uso da palavra desprestigia e menospreza a cultura histórica”. Como era do seu feitio, ele argumenta que, a partir da ignorância sobre o papel e a responsabilidade pública do “Arquivo Nacional”, os erros começaram a aumentar. Exemplo: “Fundação Pró-Memória! Pró-memória de quê e de quem? A iniciativa dessa ideia não honra o Ministério da Educação e Cultura e surgiu de alguma cabeça sem nenhuma experiência de historiador”.⁷ Assim como E. Carr, José Honório não previu o sucesso da memória, mas chegou a identificar o problema diante dos rumos institucionais. De qualquer modo, sua preocupação é um indício dos temas que seriam posteriormente tratados, obviamente não a partir do que ele entendia como História, mas certamente com preocupações que ele, ao seu modo, tentou explicitar. Enfim, diante dessas considerações mais ou menos generalizantes, eu não poderia deixar de ressaltar que a aproximação ou o afastamento entre História e memória ou entre História e museu tem uma historicidade que não é linear. Sobre isso, basta ressaltar que os antiquários, antes da história chamada de “científica” e antes do museu chamado de “público”, colecionavam e interpelavam a cultura material. De modo que, hoje, há muitos motivos para o aprofundamento das relações entre a História e o museu, apesar das diferenças e também por causa delas.

Evidentemente, a pesquisa histórica tem uma longa tradição de estudos da cultura material e isso poderia atrair a Museologia. Pelo mesmo motivo, a Museologia poderia se tornar mais atraente para os estudos históricos, apesar das abordagens distintas e, às vezes, contrárias. Outra possibilidade de aprofundamento é o debate sobre os usos do passado. E exatamente aí é que eu pretendo me encaminhar para a segunda parte dessa minha proposta de leitura do PNEM, ou desse meu intuito de introduzir algumas considerações sobre o PNEM a partir de uma leitura interessada. Explicitamente interessada em aprofundar diálogos, mas precisamente diálogos

vinculados ao compromisso que o PNEM tem com a filosofia de Paulo Freire, como se vê no trecho a seguir: “Mais do que para o ‘desenvolvimento de visitantes’ ou para a ‘formação de público’, a educação museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la”.⁸

Ou seja, se fosse possível resumir o pressuposto ético do PNEM, creio que o resumo acima estaria numa fundamentação no tempo, pelo tempo e apesar do tempo. O tempo que se transforma e se torna objeto de estudo e de orientação politicamente discutida e avaliada, eis a questão, eis a ética da educação museal, com a qual se espera trabalhar e pela qual é preciso lutar. Não foi fácil incorporar essa posição. Foi preciso negar noções de progresso e de ciência que reduziam o tempo a uma evolução necessária e abstrata, como se o tempo fosse constituído por um auto-aperfeiçoamento ontológico. Dito isso, volto ao início. Para, afinal, começar uma segunda parte daquilo que aqui estou apresentando. Retorno, assim, à observação que Adrian escutou, agora a partir da filosofia de Paulo Freire que fundamenta boa parte do PNEM. Voltemos, pois, ao início, recordando o que Thomas Mann escreveu: “ELE: — Tempo? Unicamente algum tempo? Não, meu caro, não é só com esse artigo que o Diabo faz negócios. (...) O que importa é a espécie de tempo que se fornece!”⁹

Se a Museologia e a História lidam com o tempo como transformação, qual tipo de tempo a Museologia e a História oferecem? Como entender as implicações históricas desse tempo que se oferece na qualidade de transformação? Transformação em que sentido? Em quais termos ocorre esse tipo de tempo? Para pensar sobre essas indagações será preciso entendê-las no âmbito de um estudo sobre as experiências temporais, será preciso explorar o sentido cronológico e outros sentidos.

Em um tempo cronológico delimitado (século XV, por exemplo), as pessoas viviam em outro tempo cronológico. Dito de modo ainda mais simples: viviam em outra data ou em outro período. Sobre isso, a clareza parece ser cristalina, não porque a operação conceitual é fácil, não por ser mais simples, mas pelo fato de ser essa a maneira mais comum de lidar com o tempo. Por outro lado, essas pessoas do passado também vivenciavam o tempo de outra maneira. Maneira que, sem dúvida, não era cronológico, já que não havia o costume de contar a duração das coisas por anos ou séculos. Naquele tempo cronológico (séc. XV) não havia nem a prática do aniversário, hoje tida como algo completamente natural. Aliás, as pessoas não sabiam, ao certo, a idade. Não sabiam, e o saber não fazia falta. Compreender como isso fazia parte das práticas socialmente compartilhadas, em uma sociedade específica, significa fazer uma história das temporalidades, uma história das maneiras pelas quais o tempo é vivenciado

concretamente. De modo algum, pretendo separar a história das temporalidades em um campo específico, mas somente ressaltá-la como via de problematização da história social. A rigor, nada de muito novo. A citação de um caso talvez possa ser suficiente: *Guilherme Marechal*, de Georges Duby — uma biografia, isso se é usada uma classificação que os manuais de introdução aos estudos históricos incentivam. Melhor dizer uma obra de história social, certamente uma das mais significativas do século XX. Analítica, interpretativa, literária, antropológica, como toda obra deveria ser. Obviamente, não vou me demorar em comentários sobre isso, mas vale a pena citar um trecho em que o historiador traz, com o primor que lhe era próprio, uma significativa interpretação de história das temporalidades: “Tinha mais de oitenta anos, afirmava. Exagerava um pouco, pois não sabia exatamente qual era sua idade. Mas quem sabia, naquela época?”

“Na vida”, escreve Duby, “as datas mais importantes eram outras, não a de nascimento. Esta se esquecia. E eram tão poucos os muitos velhos que os outros até os envelheciam — e eles próprios se envelheciam ainda mais”. Nem Guilherme Marechal sabia do natalício, nem os historiadores conseguiram descobrir. Algumas contas sugerem “por volta de 1145”. Duby argumenta que, nesse caso, não era apenas a ausência de aniversários que explica a imprecisão. Além de não fazer falta, a data de nascimento raramente era registrada. Apenas os mais ricos deixavam registros em papel. Guilherme “saiu de um meio muito inferior”, não adiantaria “fuçar os arquivos”.¹⁰ Está em jogo a construção histórica da diferença temporal, dispositivo que, por um lado, funcionará com certas peculiaridades na própria construção do saber histórico na modernidade, e, por outro lado, pode se tornar objeto da reflexão historiográfica.¹¹

A Epistemologia que separou o sujeito do objeto, como destaca Michel de Certeau, é a mesma que fez o passado ficar diferente do presente. Objeto de pesquisa e passado a ser pesquisado são constituintes do mesmo processo de composição do saber moderno: não mais no mundo, mas diante do mundo. “A objetivação do passado”, adverte Certeau, “acabou transformando o tempo no impensado de uma disciplina que não cessa de utilizá-lo como um instrumento taxonômico”.¹²

A própria diferença entre passado e presente, sendo um princípio fundador, marca o desejo histórico (desejo, como qualquer outro, jamais saciado, afinal desejo saciado é desejo acabado). Para ser mais preciso, refiro-me ao desejo de saber o que aconteceu, animado e desanimado — ao mesmo tempo — pela possibilidade de saber em parte, tanto pelo horizonte que promete a junção das partes, quanto pela expectativa de encontrar na parte algo do todo, que o revele de maneira convincente e, a depender do caso, comovente. De qualquer modo,

antes de saber em parte, a consciência da impossibilidade do todo interage incessantemente com a consciência sobre a distância, essa ponte e esse abismo que não mais permite a totalidade do tempo antes formulada pelas temporalidades vinculadas ao sagrado. Profana, a História Moderna far-se-á por partes mais ou menos distanciadas, mais ou menos conectadas: tanto entre passado e futuro, quanto entre sujeito e objeto, ou ainda entre o escrito e o oral ou entre o sagrado e o profano.

O passado fica proibido de tocar na pele do presente. Tocado pelo passado, o presente se dissolveria, caindo em regimes de temporalidade que a História Moderna colocou para fora do jogo, não para esquecê-los, mas para se reforçar através do par ciência/religião. Ciência legítima que, para se legitimar, precisa do seu oposto: o ilegítimo. A diferença entre passado e presente é, assim, a possibilidade que torna a História uma narrativa de plenitude improvável ou de completude impossível; mas é a impossibilidade de o presente chegar junto do passado que faz a História existir como escrita que tenta dar conta da ausência.

Se o presente já não é mais o passado, isso significa que a história é criadora e criatura da diferença temporal: a percepção do passado como um tempo diferente que se findou, mas que, contudo, deixou algum vestígio. O vestígio é a vertigem do historiador que busca o elo perdido entre presente e passado. Perdido, o passado será objeto de estudo, fabricado por um sujeito que procura e, depois da procura, conclui, com certo ar de vitória, que sobre o passado é possível dizer que existiu, mas não se sabe bem aonde. Nem os mais científicos arriscarão ter conseguido dizer o que de fato aconteceu, porque a saída sempre será dizer: até aqui se sabe sobre até acolá. Reivindicando ser científico, o sujeito historiador saberá que o objeto historiográfico é distante e a operação historiográfica se resume a tarefa de diminuir a distância, mas sem eliminá-la. Daí o senso comum que está no regime discursivo da ciência: descobertas parciais, que podem ser, no futuro, confirmadas em uma suposta totalidade ou refutadas em nome de partes que, pelo menos temporariamente, não conseguem ser articuladas.

Para Michel de Certeau, a grande novidade da História Moderna (a partir do século XVIII) é a divisão cada vez mais clara entre passado e presente, gerando a emergência de um “outro” como objeto desconhecido a ser domesticado pela escrita.¹³ A afirmação do “outro” o pressupõe estranho ao presente. Quanto maior for a demarcação do passado, maior será a delimitação do presente. Nas duas dimensões temporais, a valorização de um tempo necessariamente se faz no aumento de cotação do outro. Para Certeau, o que se valoriza na “história moderna” não é propriamente o passado ou o futuro, mas a “temporalidade moderna”, o tempo partido entre passado e presente. Qualquer dimensão do tempo partido só se aprofunda

pelo aprofundamento do tempo vizinho. O modo pelo qual isso se dá é que vai compor algumas diferenças entre o romântico e um científico, mas ambos são idênticos na medida em que funcionam em uma temporalidade moderna.

No tempo partido da modernidade, identificar os mortos é o primeiro passo. O segundo é dar-lhes nome. Cada passo, tanto o primeiro quanto o segundo, só se torna possível na escrita. O ausente não identificado corresponde ao túmulo sem lápide. Desse modo, nunca houve uma preocupação tão forte de separação entre os mortos e os vivos, gerando rituais que, em termos psicanalíticos, poderia ser traduzido como “trabalho de luto”. O “outro”, possível pela localização institucionalizada do sujeito diante do objeto, é antes de tudo um “morto”. Se Walter Benjamin pensa numa alternativa diante do progresso, ele quer exatamente superar a “operação historiográfica” que Michel de Certeau pesquisa, examina e localiza dentro de certos padrões da escrita e dos lugares institucionais. Em ambos, não há um manual de introdução à História e sim o furo do balão historiográfico da modernidade. Críticos diante da receita dos jogos acumulativos, tanto Benjamin quanto Certeau desmontam princípios do tempo cronológico que aparta o antes do depois por meio de datas devidamente arrumadas. Se Benjamin põe saídas pela “imagem dialética”, Certeau aposta numa “politização” dos recursos historiográficos, para enfrentar a escrita moderna, por meios que ela mesma abandonou ou cultivou. Modernos e anti-modernos ao mesmo tempo? Talvez, mas sobretudo além e aquém da modernidade. Pós-modernos, talvez possam ser, mas somente nos registros de análises de detração apaixonada ou de reverências não confessadas que circulam no campo das novidades do mercado intelectual. Não há aí projetos e sim possibilidades de deslocamento temporal diante do tempo disponibilizado pela cronologia. Como possibilidade, tanto a imagem dialética de Benjamin quanto a escrita da história de Michel de Certeau aproximam-se da possibilidade do “eterno retorno”, tal como Nietzsche o formulou.¹⁴

Dito isso, é preciso compreender que *A escrita da História* não é um manual de metodologia, embora possa parecer. Será fundamental reconhecer que, no decorrer desse livro e de outros, Michel de Certeau apresenta um diagnóstico da modernidade em vários aspectos, inclusive um diagnóstico do tempo moderno. O que ressaltar até aqui foi exatamente isso: como Michel de Certeau, ao contrário do que concluir François Hartog, tem uma teoria do tempo, que, além do diagnóstico, se desdobra em proposições alternativas diante daquilo que é diagnosticado. Não se trata de romper a fronteira entre passado e presente, nem propor outros rituais para os mortos, nem apenas negar o progresso. Trata-se de desestabilizar o jogo do tempo dividido, a começar pelo que se entende por uma divisão, não para simplesmente negá-la,

ignorá-la ou aperfeiçoá-la. Daí a noção de vibração e vazamento que Michel de Certeau vai buscar na pintura de Miró.

A história está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a de seu outro, mas que atenua ou modifica, continuamente, o retorno do “passado”. Como na pintura de Miró, o traço que desenha diferenças através de contornos e que torna possível uma escrita (um discurso e uma “historicização”) é atravessado por um movimento que lhe é contrário. Ele é vibração de limites. A relação que organiza a história é uma relação mutável, na qual nenhum dos (dois) termos é o referente estável.¹⁵

Não é um atravessamento moderno nem anti-moderno, e muito mesmo pós-moderno. O que atravessa só age porque supõe a fronteira. A fronteira não é negada. É muito mais grave. Ela é atravessada, e esse atravessamento a faz vibrar, como uma corda que produz o som pelo ar que se desloca em frequência diferente. Em outro livro, *A fábula mística*, Michel de Certeau retorna à estratégia de pensar a teoria da história através da pintura de Miró.

As pulsões de cor, em Miró, foram (...) com suas flechas o espaço criado para seus jogos. Há hemorragia desses fluxos para fora de seus corpos. Um vazamento análogo ridiculariza meus esforços para recortar, na espessura de nossas informações e de nossos aparelhos de análise, as sequências de um relato que teria como assunto a mística cristã dos séculos XVI e XVII. Só é preciso um lugar onde possa aparecer o que o ultrapassa.¹⁶

Miró, talvez se possa imaginar, também apresenta a origem do som. As cordas que limitam suas figuras são tensionadas e por isso repercutem, transcendem o limite fazendo-o móvel, numa mobilidade tão intensa que chega a produzir limites alterados. Talvez se possa imaginar, ainda, como esse visível é invisível, como esse visível é provocador de outra visibilidade. O olho não vê quando a corda está exatamente no momento em que ela está em vibração, assim como não se vê cada fotograma de uma película de cinema, porque a velocidade engana o limite da figura parada. Ao girar em certa velocidade, a película elimina e não elimina o fotograma — aí está a regra do jogo. Ao fazer as cores vibrarem, Miró elimina e não elimina o lugar de cada coisa. Esse espaço que se deixa atravessar é o lugar onde o tempo se permite ser atravessado. O “eu” passa a acolher o “outro”, não para fazer pactos comerciais com o corpo ou a alma, não para dominar ou ser dominado, mas para outras relações. Nessas relações, o tipo de tempo que se oferece também vibra, passado e presente passam a ter reverberações interativas. É isso que a História precisa e pode compartilhar: a vibração do tempo, o que equivale dizer uma vibração política pela negação de um futuro para poucos e, tão importante

quanto isso, a afirmação do devir em comum. Assim, eu imagino, a história dos museus, e nos museus, poderá ser mais vibrante.

Não seria esse o tempo ao qual Thomas Mann se reporta? Refiro-me, por exemplo, às primeiras páginas de *José e seus irmãos*: “O que aqui nos preocupa não é o tempo calculável. É antes a ab-rogação e a dissolução do tempo com o alternar-se da tradição e da profecia, que empresta à frase ‘era uma vez’ o seu duplo sentido de passado e de futuro e com isto a sua carga de presente potencial”.¹⁷ Não se trata, portanto, daquele tempo linear, desenhado em certos trajetos do pensamento moderno, tempo que Walter Benjamin chamou de “homogêneo e vazio”.¹⁸

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética — não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. — Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem.¹⁹

Longe do tempo homogêneo e vazio, pressupõe-se aqui o tempo que vibra, o tempo envolvido nas operações da *topologia*, como diria Michel Serres: o tempo em sua multiplicidade, não excluindo, obviamente, o recurso ao linear, que é certamente a maneira mais comum de medi-lo.

O tempo clássico se relaciona à geometria: não ao espaço, como dizia de maneira precipitada Bérson, mas principalmente à métrica. Pelo contrário, inspire-se na topologia e essas aproximações, ou inversamente os distanciamentos que a seus olhos parecem arbitrários, e talvez você descubra agora o seu rigor. E sua simplicidade, no sentido literal da palavra dobra: é toda a diferença entre a topologia – o lenço é dobrado, amassado, em tiras – e a geometria – o mesmo tecido é passado, de modo plano. Tal como o experimentamos, tanto em nosso sentido íntimo como no exterior, na natureza, tanto no da História como no do clima, o tempo se assemelha muito mais a essa variedade amassada do que à plana, excessivamente simplificada. Que se tenha necessidade desta última para medidas, não há dúvida, mas por que induzir a partir daí uma teoria geral do tempo? Confunde-se em geral o tempo e a medida do tempo, isto é, uma métrica com uma reta.

Para indicar o trabalho da topologia, Michel Serres dá o caso de um lenço marcado em dois lugares. Os lugares podem ficar próximos ou distantes, dependendo do modo pelo qual o lenço se dispõe no espaço: esticado, dobrado, amassado, embrulhado, ou em outras posições, as distâncias serão infinitamente diferentes. “Denomina-se topologia a essa ciência das

proximidades e dos rasgos”.²⁰ Um tempo, que no vocabulário de Deleuze e Guattari, seria chamado de tempo rizomático. Tempo que não segue o sistema da raiz, e sim a sugestão do rizoma. Se as barreiras alfandegárias entre os territórios acadêmicos são abolidas, não será nenhum exagero dizer que aí se tem, como há em Benjamin, um tempo liberto do eixo central, do historicismo ou de qualquer outra temporalidade no modelo de raiz: “Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda”.²¹

Em pauta, portanto, a qualidade com a qual se dá, ou não, certos valores ao tempo. É o que Adrian ficou sabendo: “EU: — Então quereis vender-me tempo? ELE: — Tempo? Unicamente algum tempo? Não, meu caro, não é só com esse artigo que o Diabo faz negócios. (...) O que importa é a espécie de tempo que se fornece!”.²² Mas, afinal, que tipo de tempo é esse que “ELE” oferece? A rigor, trata-se do tempo moderno levado às últimas (?) consequências, mais ou menos o tempo que hoje se tem a partir do avanço virtual combinado com o recuo das credibilidades políticas, e em nome das virtudes do mercado. Será preciso dar a palavra a “ELE”, porque é exatamente esse tempo com o qual a História não deveria se envolver:

Um tempo grandioso, um tempo doido, um tempo totalmente endiabrado, com fases de júbilo e de folia, mas também, como é natural, com períodos um tanto miseráveis ou mesmo inteiramente miseráveis. (...) Na sua vida, o pêndulo vai ininterruptamente de cá para lá, entre a exuberância e a melancolia. Esse vaivém é comum; é, por assim dizer, ainda burguesamente moderado à maneira dos nurembergueses, em comparação com aquilo que nós propiciamos. Pois oferecemos nesse gênero o máximo: propiciamos enlevos e iluminações, experiências de desembaraço e desenfreamento, de liberdade, segurança, facilidade, sensações de poder e triunfo, que fazem o nosso homem perder a fé nos seus próprios sentidos e ainda lhe proporcionam a admiração colossal por suas próprias realizações, que até pode induzi-lo a renunciar de bom grado a qualquer estima que venha de outros e de fora, sobre o frêmito do narcisismo e até mesmo o delicioso horror a si, cujo efeito o leva a reputar-se porta-voz da Graça e monstro divino. E, do outro lado, há de vez em quando descidas igualmente profundas, igualmente gloriosas, não só a vácuos e ermos e impotentes desolações, mas também a dores e enjoos. Esses são, aliás, males familiares, que sempre existiram e pertencem à índole da gente; apenas se intensificaram notavelmente (...).²³

Envolvidos com esse tempo, nós já estamos, de alguma maneira, na experiência ou na expectativa. A ampulheta continua sendo virada e revirada, ofertando esse tempo do tudo ao mesmo tempo e agora, intenso porque egocêntrico, e egocêntrico porque intenso (tempo dos artistas, ou pelo menos de certo tipo de artista — Adrian é compositor e isso, não se pode desprezar, é central na trama de Thomas Mann). Será preciso transformá-la, a ampulheta, em objeto de museu, para que deixe a vida, e entre na História. Será preciso fazer com a ampulheta

aquilo que já foi feito com muitos e muitos outros objetos que, prometendo a vida, traziam a morte. Não se pode abandonar a utopia de colocar a ampulheta como objeto de memória, para que nunca se esqueça dos males que ela pode causar. Eis a transformação: tirar a ampulheta do mercado, tirar de circulação o mercado da ampulheta. Será preciso expor o relógio ao lado do Iphone, o copo descartável ao lado do celular, a bala ao lado do chocolate, a cruz ao lado da espada, e assim por diante, em combinações variadas e delimitadas, com a missão quase sagrada de denunciar a rede onde nós nos metemos. Será preciso exhibir o pacto que esses objetos já fizeram, sem nos avisar. Em outras palavras: que o pacto não seja mais esse que Thomas Mann descreveu.

Notas

¹ MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Friburgo, 1984, p. 302 e 307.

² Idem, p. 311.

³ Como não poderia deixar de ser, os campos de conhecimento não costumam reconhecer que suas origens e seus funcionamentos se dão em acordos e disputas, em consonância com o erguimento de muros e condomínios, tal como alertou Michel Serres. “Sempre que alguém delimitou um campo, foi para que pudesse dizer: esse aqui é meu. (...) Só existe realmente uma ideologia, aí está: dividir para reinar, ou para recolher o lucro. Partilhar arbitrariamente para que algo aconteça nos limites, algo que fará a felicidade de alguém. (...) Só o poder recorta o saber.” SERRES, Michel. *Hermes, uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro, 1990, p. 155-156.

⁴ Adorno, Theodor. “O ensaio como forma”. In: *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

⁵ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. “Epílogo: que é a História hoje?”. In: CANNADINE, David (org.). *Que é a História hoje?* Lisboa: 2006, p. 195.

⁶ CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 24.

⁷ RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 45.

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília: Ibram, 2018, p. 73.

⁹ MANN, Thomas. Op. cit., p. 311.

¹⁰ DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo* (Trad. Renato Janine Ribeiro). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed., 1987, p. 7.

¹¹ O que Gadamer chama de “diferença temporal” pode ser tido como um princípio básico da escrita da História na modernidade, cujo cerne reside na necessidade da diferença entre passado e presente, não como impedimento para o conhecimento histórico, mas exatamente como condição de possibilidade para a o próprio sentido histórico do conhecimento: “o tempo não é um precipício que devemos transpor para recuperarmos o passado; é, na realidade, o solo que mantém o devir e onde o presente cria raízes”. GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 67.

¹² DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 64.

¹³ CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 14.

¹⁴ Se eu estou entendendo o “eterno retorno” não como experiência propriamente concreta, mas como possibilidade que permite outras vivências da concretude, isso significa que sigo a interpretação posta em prática por Roberto Machado. MACHADO, Roberto. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 117-145.

¹⁵ DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 3ª ed., 2013, p. 29.

¹⁶ DE CERTEAU, Michel. *A fábula mística séculos XVI e XVII: volume 1*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1; 4.

¹⁷ MANN, Thomas. *José e seus irmãos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 30.

¹⁸ “A concepção de progresso do gênero humano ao longo da história é algo inseparável da concepção de que esta transcorra num tempo homogêneo e vazio. A crítica à concepção desse processo precisa constituir o fundamento da crítica à própria concepção de progresso”. BENJAMIN, Walter. “Teses sobre filosofia da história”. In: KHOTE, Flávio (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 161.

¹⁹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 504.

²⁰ SERRES, Michel. *Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999, p. 82.

²¹ Como indicam Deleuze e Guattari, trata-se de um pensamento que procura cultivar a “ruptura a-significante”: “um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas”. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 21.

²² MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 311.

²³ *Idem*, p. 311.